

*Um Drama em Gente:
vida vivida, vida ficcionalizada na Amazônia*

Fernando Jorge dos Santos Farias*

Considerações Iniciais

Dalcídio Ramos Pereira, o “Dalcídio Jurandir”, nome que escolheu para assinar seus diferentes escritos, foi um intelectual nascido na ilha do Marajó, no estado do Pará, Brasil. Vindo de uma família detentora de certo capital na ilha, Dalcídio surgiria de um lastro familiar controverso, pelo menos em sua cabeça enquanto jovem. Seu pai, branco, descendente de portugueses, apresentava uma trajetória farta de altos postos ocupados, de grande reconhecimento naquele seio social. Sua mãe, negra, tinha em sua origem a marca da opressão, dos escravos alforriados e bastante familiaridade com os trabalhos manuais, trabalhos esses que a aproximavam do bom gosto circundante entre as famílias melhor posicionadas na ilha.

Com as transformações sociais, econômicas e políticas nas primeiras décadas do século XX, a família Pereira perde grande cotação na ilha do Marajó, no Pará de forma geral. Assim, começam a sentir certo declínio de sua posição, o que os leva a consciente ou inconscientemente investir na educação dos filhos como forma de se melhor reposicionarem, reconverter certo capital perdido naquela sociedade. E para essa ação a mãe de Dalcídio se tornou fundamental.

Na infância, o pequeno filho já era direcionado aos estudos como parte da estratégia para sustar pelo menos parte da situação. Mas as condições materiais, mas especificamente a conjuntura escolar na ilha do Marajó não se mostrava favorável para desenvolver seu intento. Assim, como uma maioria dos moradores do interior do estado, estava na cidade, na capital a solução para o declínio que se encontravam. A aquisição do saber ofertado pelas escolas na capital parecia ser o elemento necessário para essa mudança. E assim Dalcídio segue para Belém, contudo a efetivação dessa ação não se dá. Distanciado da escola, o filho de Margarida Ramos e Alfredo Pereira redireciona os investimentos dos Pereiras e se lança aos diferentes trabalhos (inclusive braçais), ao jornalismo, a escrita de poesia, de romances.

Imbuído de registrar a saga do homem comum na Amazônia, Dalcídio Jurandir se torna o maior romancista da Amazônia, um dos maiores intelectuais do Brasil. Em seu projeto

* Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP - 2018). Pela Universidade Federal do Pará - UFPA / Campus Altamira, atua como Professor Efetivo e Coordenador do curso de Especialização em Letras: Linguagem e Ensino. Contato: ffarias@ufpa.br

romanesco, elege a figura do personagem Alfredo com uma saga semelhante aquele de vivenciou, ou melhor, empresta ao personagem muito de suas vivências até chegar a consagração no campo literário.

Partindo dessa compreensão, pensamos ser oportuno localizar e discutir aspectos da trajetória do criado do Ciclo Extremo Norte que foram recriados em seu conjunto romanesco, vencedor do Prêmio Machado de Assis, em 1972, ofertado pela Academia Brasileira de Letras. Nesse sentido o artigo, estrutura essas passagens de vida aos moldes de uma encenação teatral em dois atos: o primeiro correspondente ao momento inicial de sua vida, as desventuras e sonhos que lhe mobilizaram no Marajó. Em um segundo ato, buscaremos esboçar elementos de sua passagem por Belém, capital do estado, do insucesso escolar até a partida para o Rio de Janeiro, perfazendo assim um percurso marcado por irrealizações e desencantamentos com o mundo em seus primeiros anos de vida.

Ato I: A Infância no Interior da Amazônia

Após as transformações sociais, econômicas e políticas que desclassificaram social e economicamente a família de Alfredo Pereira e Margarida Ramos, em 1910 essa família resolveu se mudar de Ponta de Pedras para a Vila de Cachoeira do Arari, e lá continuou a criar o pequeno filho Dalcídio, com apenas um ano de idade. Pela conjuntura que o mundo e, em especial o Pará se encontrava, deduz-se que os motivos que levaram a família do antigo secretário municipal e da costureira à mudança para outra vila, no Marajó, diz respeito à busca de uma melhor posição social, uma aquisição considerável de capital econômico e simbólico.

De forma geral, para se ter a noção do novo ambiente em que foram morar, a vila de Cachoeira do Arari, atentemos para o parâmetro jurídico configurado na lei n.324 (2º Parágrafo artigo 5º e 6º) de 6 de julho de 1895 que caracteriza vila como locais com “cem casas ou habitações, vinte por cento da população adulta sabendo ler e escrever e já ter título de povoação” [além de ser] “sede de uma circunscrição ou de um districto judiciário, sede de uma ou mais subprefeituras de segurança; de uma collectoria ou mesa de rendas estaduais e de uma escola primária de primeira entrância para cada sexo” (PARÁ, 1900, p.323-4).

Como se nota, as condições apresentadas na Vila de Cachoeira do Arari, para quem desejava mudanças positivas na vida, parecem não ser favoráveis. Na capital do estado, amargavam também a derrota política de Antônio Lemos, a quem apoiavam para assumir a Intendência de Belém, em 1912. Investir, pelo menos incentivar os estudos do pequeno filho, em alguma forma, surgia como possibilidade de promover parte desse processo de

recolocação social. Assim, a senhora Margarida Ramos, começou a ensinar às primeiras letras a criança, nessa tentativa de reconversão de capital (ou parte dele) outrora pertencente à família de seu esposo, outrora adquirido em suas atividades de atendimento ao bom gosto da fração dirigente local.

Fazendo isso, a senhora Margarida Ramos entendia que o filho teria chance de dar gosto, e dessa forma contribuiria para que escapassem de um rebaixamento social maior. A situação era nova, preocupante e incômoda. Por muito tempo, mesmo com a época das “vacas magras”, figuraram ainda entre os “arremediados” de Cachoeira do Arari. Das lembranças e símbolos da vida relativamente boa, marcada principalmente pela tutela de certo capital econômico na localidade marajoara, a família se mantinha residente em um chalé, construção essa do tipo senhorial que, naquele contexto, conforme aponta Pereira (2017), serviam como morada permanente aos proprietários de classe média, embora não correspondesse, de acordo com Campos (2008), às mais aconchegantes residências. De qualquer forma, expressavam certa condição melhor frente aos demais moradores uma vez que não carregavam a arquitetura de penúria das casa de taipa e palha, constituídas em grande número na ilha do Marajó.

Com a condição econômica abalada, o que a criança herdava em sua infância, em sua maioria, corresponde ao acesso a bens naturais e simbólicos, como os que expressaria de forma poética em um fragmento do poema Cidade.

Desde menino vim para cidade!
Trouxe os meus livros leais,
Debaixo do braço e o ar matuto
De quem tinha n'alma as raízes
Das paisagens, dos silêncios
Das cousas virgens do Marajó...(JURANDIR, 1929).

Essa condição material e simbólica, já nos anos 60, foi novamente lembrada quando apresentou elementos biográficos à Perez (1964, p.90): “[eu era um] menino impaludado, meio só, entre as águas – tome febre, baço doendo, tome chuva – e olhando o rio, os peixes, certas árvores, certas nuvens, certas meninas... E ouvindo o grito dos marrecos e dos patos brabos, a passarem alto, por cima de casa...”.

Desde de muito cedo, pelo que se subentende, temo um menino negro, nascido na província e de família decaída economicamente. Ele, angustiado ora pela condição material, ora pela incompreensão racial (um pai branco e uma mãe negra), vive a aquisição de valores e costumes de sua condição atual, assim como lhe paira em suas ações a necessidade de acumular elementos relativos ao capital da classe dirigente. É diante desses dilemas que a vida ia se (re)modelando ao pequeno filho da família Pereira, afilhado de São José, devoto do Divino e de Nossa Senhora da Conceição.

Ele crescia como muitos filhos da Amazônia, influenciado pelo imaginário local de que seria capaz de ficar rico criando galinhas, de forma breve, como precisavam. Com o passar dos anos e a aquisição de diferentes vivências, igualmente a outros moradores do interior do Estado, constatava que a obtenção de lucros materiais não lhe era possível, contudo, compreende que a vida poderia lhe reservar outros ganhos. Assim, o que se via na vila de Cachoeira do Arari era o garoto adolescendo, influenciado a cada dia mais pelo saber e dedicação de sua mãe, pelos livros, pelas posições sociopolíticas e saber escolarizado que o pai obtivera.

Sobre um desses capitais avolumados desde a infância, é bom que se registre: consumindo as obras e saberes que lhe foram disponíveis, o jovem adolescência se tornando um exímio leitor. Esse ato de ler, provavelmente, encontrava intensificação em sua juventude, nas duas estantes do pai, detentoras de obras como o “Dicionário Prático Ilustrado”, “No País das Artes”, de Blasco Ibañez, “Cultura dos Campos”, de Assis Brasil e algum exemplar de Camilo Castelo Branco. Além desses autores, o contato se estendia aos livros de poesias, a citar “As Primaveras”, de Casimiro de Abreu, e o controverso (para a época), “O Primo Basílio”, de Eça de Queirós, quase sempre colhido da estante do capitão Alfredo em meio a protestos e advertências da mãe.

Se somarmos essa ambientação com os livros, com determinados ensinamentos direcionados e o contexto socioeconômico desfavorável que viviam, torna-se aceitável compreender que diante da rejeição que sua família se encontrava (somado a outros estigmas e *handicaps* que o cercavam), vê-se a condição propícia para o garoto incorporar certa recusa as carreiras mais gratificantes, como ser advogado ou político no Marajó ou em Belém, alimentando então, dia após dia, uma sensibilidade para às letras, ao mundo da escrita, o bom gosto literário como fruto de reconversão dos bons gostos advindos de seus pais.

Desde seus sete anos de idade, já se via essa continuidade de aquisição de trunfos sociais, com a contratação, entre 1916 e 1921, de alguns mestres-escolas em sua localidade, para ensiná-lo. Como resultado dessa busca, obteve conhecimentos escolares com a professora Lucinda Simões, da escola Mista Estadual e com o professor normalista Francisco Delgado Leão, do curso primário, à época um respeitado mestre de caligrafia em Cachoeira do Arari (PEREZ, 1964).

Esse direcionamento para os estudos com os mestres primários, apresentou ao garoto uma realidade escolar capaz de provocar profundo desencantamento com as escolas na vila de Cachoeira do Arari, no Marajó, de forma geral. Ao se consultar, por exemplo, registros da educação primária em Ponta de Pedras, Muaná e Cachoeira (alguns ofícios e atestados), se

observa, por meio das solicitações e descrições feitas, escolas funcionando na casa dos professores com um repasse de verbas irrisório, com ausência de cadeira para a professora e para muitos alunos, desprovidos, para suas atividades, de contador, globo, tintas e papéis, e os poucos materiais que lhes eram disponíveis achavam-se em tão péssimo estado “que não permitem aos menos, aos alunos, utilizarem-se deles para os exercícios escriptos” (ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, 1918;1920;1921).

Além dessas questões de estrutura e de recursos, algo parecia saltar como mais grave naquela educação ofertada. Os conteúdos trabalhados nas escolas pareciam não apresentar acréscimo escolarizado aos alunos. Isso ficou evidente, inclusive registrado no jornal dirigido por Alfredo Pereira, quando um jovem morador de Cachoeira foi prestar exame para ingressar na Escola de Aprendizes a Marinheiros. Em sua edição de 20 de junho de 1922, o periódico “Político e Noticioso” trouxe na matéria de capa o fato do jovem cachoeirense ter sido recusado na instituição militar pelo fato de ainda não saber ler e escrever. Em um determinado fragmento da matéria, assim foi registrado o ocorrido:

Diz-se que bafejou aquella deliberação o facto de ter sido peremptamente recusado pela Escola de Aprendizes Marinheiros, em Belém, um menor que ali fora levado para inclusão, por não conhecer elle as letras do alphabeto! e que esse menor, digamo-los com tristeza, levava atestado de que era paraense e nato de Cachoeira! Abençoada recusa. Se o louvável e patriótico gesto do illustre e digno Inspector do nosso Arsenal de Marinha fosse imitado sem contemplação alguma pelos que têm serviços e collocações a dar, certamente que, dentro de pouco tempo, o número excessivo de analphabetos, entre nós, ficaria restringindo, melhor seria o serviço prestado; maior a dedicação e legitimo interesse por àqueles que alcançassem taes collocações, porque levariam a vantagem indiscutível de se acharem habilitados pelos brilhantes e grandiosos conhecimentos que lhe ministram as letras do alphabeto (A GAZETINHA, 1922).

A matéria apresentada, pelo que se entende, registrou, além da recusa do aluno, o fato de Cachoeira do Arari começar, em certa medida, a entrar em consonância com o discurso da época que veiculava a educação como processo capaz de elevar o ser humano em um aperfeiçoamento de suas capacidades físicas, morais e intelectuais, o que contribuiria para o desenvolvimento da nação.

Todavia, para além desses aspectos urgia no seio da família da senhora Margarida Ramos e do senhor Alfredo Pereira, a necessidade de melhorar de vida o quanto antes, reconvertendo certo capital perdido com a mudança de regime político e a crise econômica. As necessidades familiares pareciam se chocar com o sentimento de pouca ou nenhuma educação escolar ofertada e adquirida naquela localidade do norte brasileiro, naquele início da segunda década do século XX. Diante dessas circunstâncias, sua família, em especial sua mãe, empenhou-se para levá-lo para Belém, para estudar na capital do Estado. O menino

carregava consigo, além dos prováveis poucos pertences materiais, frações de educação escolarizada que tivera em Cachoeira, um aquinhado montante de capital cultural da classe dirigente e muitos valores e costumes adquiridos na vida simples onde fora criado.

Ato II: O Deslocamento para a Capital e Outras Vivências

Se esperasse a oferta de uma educação promissora, o filho de Alfredo Pereira e Margarida Ramos teria que aguardar cerca de dez anos a mais, quando, de acordo com o Jornal “Cachoeira Nova”, foi instalado o primeiro grupo escolar, em 1932, no agora município de Cachoeira.

Finalmente os bons fados, bafejaram para nossa cidade. A revolução, que parecia estar de mal conosco lembrou-se de nós. Vem vindo uma nova fase de progresso, impulsionado pelos novos administradores que viram a necessidade de fazer tudo por esta terra, que tem esperado pacificamente a sua reforma material. Cachoeira vai ter o seu grupo escolar. Obra moderna, que encherá de alegria os pais sciosos de mandar ensinar seus filhos(CACHOEIRA..., 1932, s/p).

Como indiretamente já se frisou, ante a ansiedade e necessidade de que o filho obtivesse a educação escolarizada, o filho do casal é direcionado para a capital, para estudar, em 1922. Com treze anos de idade, consegue matrícula no 3º ano do ensino primário do Grupo escolar Barão do Rio Branco, passando a morar na casa de parentes e algumas amigas de sua mãe, afetuosamente chamadas por ele como “dona Lulu” e “dona Luci” (NUNES; PEREIRA; REOLON, 2006).

Passados dois anos desses estudos primários, já em 1925, o menino natural do Marajó conseguiu o diploma de conclusão dos estudos primários, fato este que, de acordo com Regulamento Geral do Ensino Primário - Decreto nº 625, de 2 de janeiro de 1899, expedido pelo Governador José Paes de Carvalho, lhe garantiria matrícula no Ginásio (PARÁ, 1901). Contudo, talvez por orientação específica e legal da instituição de ensino, foi necessário fazer exames de admissão, o que lhe conferiu aprovação e matrícula no primeiro ano ginasial na outra instituição que pleiteava matrícula, nesse caso, o Ginásio Paes de Carvalho (TERMO..., 1925).

Na altura de seus 16 anos de idade, o garoto do 1º ano/segunda turma seguia da empobrecida José Pio, n.18, na periferia de Belém, rumo aos estudos no Ginásio Paes de Carvalho quando morou em Cachoeira do Arari, Dalcídio, provavelmente, sonhou em obter sucesso nas escolas da capital, contudo, a realidade foi se revelando frustrante. Com o passar do tempo, o que colhia com certa frequência no Ginásio era o grau “simplesmente”

(BOLETIM 1925a, 1925b; REGISTRO, 1924, 1925) ¹, coisa que aos poucos contribui para seu distanciamento da instituição, ainda mais se juntado à situação financeira difícil por que passava.

Longe dos grandes centros culturais, com a família em “quebra” e cada vez mais distante da escola, pelas contingências da vida o jovem criado em Cachoeira do Arari acabou por aproximar seus investimentos da atividade jornalística e literária, como tanto outros nascidos na província, como observou Miceli (2001), ainda mais quando se viu o expressivo desenvolvimento da imprensa e polígrafos na Primeira República.

Esse trânsito que percorreria, pela imprensa, pela literatura, representou, ao que parece, uma adequação as condições dispostas e a implementação do possível capital adquirido, bem como surgiu como subterfúgio frente ao insucesso escolar que tivera no ginásio, principalmente em 1926 quando atingiu seu momento crítico. Passado um pouco da metade daquele ano, doente de sarampo e com poucos recursos financeiros, se vê na condição de abandonar os estudos secundários, não concluindo o 2º ano ginasial, que ficou incompleto e “manchado” como se nota em seu registro escolar, salvaguardado em seus arquivos.

Além de seu mapa de matérias, notas e faltas, que revelam seu pouco aproveitamento escolar, as palavras que apresentou a Perez (1964, p.90) resgatam muito de suas lembranças desse fatídico ano: “Era junho de 1926. Tinha capiscado [aprendido] ano e meio de humanidades e assim entrei no mundo, sem nenhuma letra, sem nenhuma aptidão, chocando a juventude pelo subúrbio”. Diante desse quadro que representa sua derradeira trajetória escolar, não estudar simbolizava, de certa forma, o sepultamento de uma boa parte de suas chances de adquirir melhor posição social. Chances essas, por sinal, reduzida para si e para seus parentes.

Abandonada a escola, seguiu na capital com 17 anos de idade, sem muitas perspectivas, conforme relembrou ao amigo Ribamar Moura, “seguia lendo Fausto, tradução de Castilho, sem alma, sem grandes nervos, lendo sem a sensação com que se deve ler” (JURANDIR, 1932, s/p). As leituras, os esboços e descrições, a contribuição com escritos simples a determinados impressos que circulavam em Belém e no interior do Estado - tudo isso (e muito mais pelo que se julga), foram atividades que passou a desenvolver e o fizeram sonhar, manter viva sua esperança com dias melhores. Dada a insistência nesse processo de reconversão de capitais, assim, o jovem se lançou quase que por completo ao jornalismo, sabendo que, na

¹ Nessa época, os graus de aprovação no 1º ano do Ginásio Paes de Carvalho eram: “Com distinção”, “Plenamente” e “Simplesmente”. Como se observará em seu registro de medidas, Dalcídio obteve no Liceu médias insuficientes.

aquisição ou recrutamento de intelectuais daquela época, em alguns postos, como o de jornalista, o diploma começava a ser exigido, ou, minimamente, se fazia necessário, legitimava o exercício da profissão.

Sem esse atestado para o exercício, a ideia foi se resguardava em trabalhos escritos simples, quase todos surgidos da rede de relações que construía em Belém, com os amigos que se voltam também a produção literária, jornalística, cultural. Com essa condição, foi se lançando amparado pelas pequenas exceções e aberturas concedidas a determinados agentes como ele, “esforçado”, detentor de alguma familiaridade com os jornais e revistas, com as questões relacionadas à cultura local.

Inserido nessa conjuntura, o moço do interior da Amazônia consoma a insígnia de “parentes pobres”, na acepção de Miceli (2001), visto serem esses indivíduos pessoas que acabaram por se voltar ao jornalismo e a outros postos de trabalho, ocupando as carreiras intelectuais no Brasil. Essa condição social que assumiu lhe rendeu, ao lado do irmão Flaviano Ramos Pereira e de Edgar Alves Ribeiro, a se dedicar a direção da revista artesanal-mensal “Nova Aurora”.

Com esse possível acréscimo em seu capital (advindo dessa e de outras atividades esporádicas que desenvolvia), somado as chances baixas de retorno aos estudos no Ginásio Paes de Carvalho, Dalcídio se vê impulsionado a tentar a vida no Rio de Janeiro, em 1928. Para a capital federal se lançou, levando alguma recomendação de amigos, entretanto, só consegue inicialmente o trabalho de lavador de pratos no Café e Restaurante São Silvestre, no bairro da Saúde. Algumas semanas depois, trabalharia em outra atividade, talvez um pouco mais próxima ao que almejava já que estaria entre os revisores da notável revista fluminense “Fon-Fon”. Mesmo sem renumeração, alguns lucros lhe foram possíveis obter do trabalho no periódico de conteúdo “alegre, político, crítico e efusivo, noticiário avariado, telegrafia sem arame e crônica epidêmica” (ZANON, 2009, p.218).

Considerações Finais

Como a maioria dos intelectuais nascidos nas províncias, que não obtiveram consagração na produção de poesias, Dalcídio acompanhou a alta no mercado editorial, por exemplo, e se lançou a escrita de romances, em seu caso, obras que recriassem a saga dos homens comuns, moradores da Amazônia. Ao se sentir parte desse grupo, Dalcídio não faz autobiografia, mas empresta ao personagem principal de seus romances, o jovem Alfredo, grande parte daquilo que vivenciou na Amazônia.

Como exemplo desse empréstimo, podemos olhar para seu conjunto romanesco em dois grandes grupos, diretamente relacionado aos dois atos de sua vida, como esboçamos no artigo. No primeiro grupo, as obras “Chove nos campos de Cachoeira” e “Três Casas e um Rio”, carregam muito das experiências de Dalcídio enquanto morador da precária Vila de Cachoeira, de condições irrisórias e escolas sem recursos, com professores ríspidos, desamparados, com baixa qualificação.

Correspondente ao segundo ato, temos as obras “Belém do Grão Pará”, “Passagem dos Inocentes”, “Primeira Manhã”, “Ponte do Galo” e “Os Habitantes”. Nas cinco obras, encontramos o personagem Alfredo em Belém, na capital, em suas irrealizações sobretudo aquelas relacionadas a escola, a aquisição do saber escolarizado, semelhante ao seu criador.

As obras ficcionais de Dalcídio hoje se encontram em diferentes adaptações, ainda que insipientes dado o seu valor. Sua vida, pelos meandros que apresentou, merece também certo relevo, justamente pelo expressivo valor documental de uma vida, semelhante a tantas outras, daqueles que, nascidos distantes dos grandes centros culturais e vindos de famílias decaídas, encontraram na produção de romances, na inserção no campo literário, a ação possível para sustar pelo menos parte dos revezes que a vida lhes ofertou.

REFERÊNCIAS

A GAZETINHA. Órgão Político e Noticioso. Marajó-Pará. E.U. o Brasil. Director Capitão Alfredo Pereira. Publicação Decendial. Officna A´rua Municipalidade. Anno II. Cachoeira, 20 de julho de 1922. Num. 41. Acervo Casa de Rui Barbosa, acervo “PIM” – Sobre a Região Norte.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. Diretoria de Instrução Primária. Série Ofícios e Atestados. Escola Elementar de Muaná, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, fevereiro e julho de 1918; 1920; 1921.

BOLETIM DO JULGAMENTO DO EXAME DE GEOGRAFIA – 17 de dezembro de 1925a; BOLETIM DO JULGAMENTO DO EXAME EM INSTRUÇÃO MORAL E CÍVICA - 18, 21 de dezembro de 1925b. Arquivo do Colégio Paes de Carvalho; Documentos pessoais, de grande valor histórico – site da CCDJ.

Cachoeira Vai ter Grupo escolar. **Jornal Cachoeira-Nova**. Cachoeira do Arari, 25 de dezembro de 1932. Casa de Rui Barbosa. Recorte de jornal no acervo “Dalcídio Poeta”, [S.1; s.d.].

JURANDIR, Dalcídio. **Alegoria/Luz Tropical**. livro de Poesias, 1929 – manuscrito. Acervo DJ – Produção intelectual, Fundação Casa de Rui Barbosa.

_____. **Cartas do amigo Ribamar [Moura]**, 1929; 1932. Acervo da Casa de Cultura Dalcídio Jurandir.

_____. Cidade. In: **Alegoria/Luz Tropical**. livro de Poesias, 1929 – manuscrito. Acervo DJ – Produção intelectual. Fundação Casa de Rui Barbosa.

_____. **Palavras em um diário**, datado de outubro de 1932. Casa de Rui Barbosa, acervo: Dalcídio Jurandir poeta.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NUNES, Benedito; PEREIRA, Ruy & REOLON, Soraia (Orgs.). **Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia**. Belém: SECULT; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/ Instituto Dalcídio Jurandir, 2006.

PARÁ. Decreto nº 625 de 2 de janeiro de 1899 que reorganiza o Ensino Primário do Estado. In. **Atos e Decisões do Governo de 1889**. Imprensa Oficial: Belém, 1901.

PARÁ. Lei n.324, de 6 de julho de 1895. Coleção das Leis estaduais, 1900, p.323-4.

PEREIRA, José Varella. **Guerra de Espíritos** (10)-autobiografia. Disponível em <http://remonagua.blogspot.com.br>. Acesso em 4 de abril de 2017.

PEREZ, Renard. Dalcídio Jurandir. In: **Escritores Brasileiros Contemporâneos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

REGISTRO DE MEDIDAS. Secretaria do Gymnasio Paes de Carvalho. Belém do Pará, 1924;1925. Arquivo do Colégio Paes de Carvalho; Documentos pessoais, de grande valor histórico – site da CCDJ.

TERMO DE MATRÍCULA DO PRIMEIRO ANNO. Secretaria do Gymnasio Paes de Carvalho. Belém do Pará, 31 de março de 1925. Arquivo do Colégio Paes de Carvalho; Documentos pessoais, de grande valor histórico – site da CCDJ.

ZANON, Maria Cecília. A Sociedade Carioca da Belle Époque nas páginas do Fon-Fon! **Patrimônio e Memória**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.4, n.2, p. 217-235, jun. 2009.